

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

2 **DEZEMBRO/2022**

3 Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte dois, às quatorze horas, reuniram-se
4 para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM do Município
5 de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, sob a presidência de **GERMANO**
6 **BREMM** e **ÂNGELA MOLIN**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e
7 Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

8 **REPRESENTANTES:**

9 Kelly de Souza Barbosa e Lucas Paim, **SMAMUS**; Sílvia Pauli, **SMED**; Lucas Homem
10 Nadler, **DMAE**; Arceu Bandeira Rodrigues, **DMLU**; Hélio de Almeida Oliveira, **SMSurb**;
11 Fernando Ritter, **SMS**; Nelson Ferreira Fontoura, **PUC/RS**; João Carlos Carvalho Machado,
12 **Sindicato Rural de Porto Alegre**; Pedro Maria de Abreu Ferreira, **IGRE**; Paulo Brack,
13 **INGA**; Maria Caravaggio Nunes, **Associação Toda Vida**; Oscar Gilberto Escher,
14 **ABRASINOS**; Fabiana da Silva Figueiró, **FIERGS**; José Renato Barcelos e Luiz Francisco
15 Bossle da Costa, **MJDH**; Alessandra Lehm, **OAB/RS**; Andréia Maranhão Carneiro,
16 **MJDH**; Lisiane Becker, **CRBIO-3-RS/SC**; e Eveline Araújo, **UFRGS**; e Roberto Ivan Raul
17 Jakubaszko, **Orçamento Participativo**.

18 **DEMAIS PRESENTES:** Karen da Costa Machado Moreira, **OAB**; e Michele Rihan
19 Rodrigues, **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**.

20 **SECRETARIA EXECUTIVA:**

21 Camila Maders Fonseca Coelho, **SMAMUS**; e Patrícia Costa Ribeiro, **taquígrafa**.

22 **PAUTA:**

23 **1. Abertura;**

24 **2. Comunicação;**

25 **3. Votação:**

26 **3.1. Aprovação da ata da reunião realizada em 1º de dezembro de 2022;**

27 **4. Ordem do Dia:**

28 **4.1. Deliberação e aprovação das diretrizes do Fundo de Meio Ambiente para 2023;**

29 **4.2. Apresentação pela DPPS do projeto de certificação sustentável;**

30 **4.3. Assuntos Gerais.**

RELATO:

31 **1. ABERTURA;**

32 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
33 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa tarde, Conselheiros, Conselheiras. São 14h07min, temos
34 *quorum*. Declaro, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal
35 do Meio Ambiente. Nossa última reunião do ano, encerrando este ano, um ano importante, o
36 ano da Conferência do Meio Ambiente, que há muito tempo não era realizada e que a gente já
37 comemorou na reunião passada. Eu acho que é um ano que a gente finaliza de bastante
38 trabalho na área ambiental, destacando a recuperação do Viveiro em curso aí, quase em
39 condição de ser entregue. A contratação do plantio, a própria manutenção do Viveiro. O
40 Inventário de Gases de Efeito Estufa, Plano de Ação Climática, diversas ações na área da
41 sustentabilidade, da proteção ambiental, de terrários urbanos, os próprios *rooftops*, projetos, no
42 sentido de qualificar cada vez mais as nossas áreas verdes. Então, eu acho que foi um ano
43 muito feliz, com inúmeras reuniões, a gente conseguiu instrumentalizar este Conselho, com as
44 câmaras técnicas, os encontros, que eu me recordo, muito recente aí, não se tinha *quorum*,
45 pouco se tinha reunião do Conselho, não ocorria. E agora a gente tem uma dinâmica, enfim,
46 tem um fluxo. Nós temos problemas, dificuldades, erros, acertos, mas é do processo, a gente
47 sempre está amadurecendo e aprendendo. Também só confirmar a presença dos conselheiros
48 [Relação dos presentes na inicial]. Então, consulto se temos conselheiros inscritos que
49 gostariam de fazer o uso da palavra no período de Comunicação antes da gente entrar
50 propriamente na nossa pauta. Temos inscritos, o professor Paulo Brack e a Lisiane também
51 inscrita. Mais algum conselheiro inscrito? Em não havendo mais inscrições a gente encerra o
52 período de inscrição e oportuniza a fala ao primeiro inscrito.

53 **2. COMUNICAÇÃO;**

54 **Paulo Brack, INGA:** Boa tarde a todos. Em relação a hoje, eu acho que é muito importante
55 esta reunião de hoje, para esclarecimentos. A gente não teve tempo de elaborar por escrito as
56 questões relacionadas às questões do Fundo, mas iremos aqui explicar e ver de que maneira
57 no próximo ano algumas coisas a gente possa ter e maior esclarecimento relativo a este tema.
58 Bom, eu gostaria de destacar que nós da área da biodiversidade estamos um pouco defasados,
59 nós não tivemos pelo menos reuniões desde outubro. A nossa câmara técnica, eu pelo menos
60 estou tentando buscar informação, eu sei que a Eliete saiu, deve ter sido muito complicado
61 para vocês, porque quando ela chegou foi uma maravilha mesmo, ela é uma pessoa muito
62 eficiente e a saída dela deve ter deixado o COMAM com uma dificuldade. Então, nós estamos
63 preocupados em retomar a câmara técnica com assuntos que ainda estamos ali, desde a lista da

64 flora ameaçada e rara. A questão das concessões, que a gente pediu para ser discutido lá
65 também. E outros temas também, a questão das UCs, a gente tinha pensado lá no final de 2021
66 criar um GT sobre unidades de conservação. A gente sabe que temos poucas pernas, poucas
67 pessoas com tempo, o nosso tempo é limitado, mas esse tema, se a gente puder colocar ele, a
68 questão das unidades de conservação, ser incluído e que a gente tenha uma agilidade maior na
69 nossa câmara técnica. Eu estou sentindo dificuldade, até vou ser bem honesto aqui, sincero, se
70 houver problemas em relação à presidência a gente fica à disposição também. Eu já fui
71 presidente lá em 2021/2022, fizemos o relatório, apresentamos o relatório, as demandas.
72 Então, é muito importante que a gente tenha os relatórios das câmaras técnicas para saber.
73 Inclusive, em relação ao Fundo eu conversei com a nossa representante hoje, antes de vir para
74 a reunião. Eu confesso que às vezes a gente tem essa dificuldade de ter a sintonia com quem
75 está na câmara técnica, quem está lá, quem está aqui. Então, essas questões são muito
76 importantes, mas se a gente tiver os relatórios das câmaras técnicas para serem apresentados
77 em janeiro vai ser muito importante para a gente planejar o nosso calendário para o ano que
78 vem. Então, eu estou preocupado com o ano que vem, o que a gente pode tocar, não sei se
79 alguma coisa hoje. Claro que a pauta é outra, mas eu me preocupo que a gente consiga não
80 retroceder no sentido das câmaras técnicas que foram retomadas em 2020, 2021, agora no
81 final deu essa situação e a gente quer ter uma perspectiva que possamos planejar para que a
82 gente consiga cumprir algumas metas. Fica a minha sugestão aqui. Obrigado. **Germano**
83 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
84 **SMAMUS:** Muito obrigado, Professor Paulo Brack. Muito bem-vinda a sua contribuição e
85 pertinente de a gente ter ao longo, janeiro. Depois a Ângela me ajuda aqui nessa organização e
86 planejamento das ações das câmaras técnicas. Depois a gente tem inscrita a Lisiane. **Lisiane**
87 **Becker, CRBIO-3-RS/SC:** Boa tarde a todos. Eu não sei como que a gente faz para pautar
88 um tema. Eu tenho reparado e tenho recebido também informações de pessoas que eu até
89 desconheço, em relação a empreendimentos que estão terminando com a vegetação da Mata
90 Atlântica. Aqui o exemplo bem perto da minha casa é o que já tinha sido comentado em outra
91 ocasião, do lado do Jardim Botânico. Tem até uma rua asfaltada, hoje eu passei por ali. Então,
92 a gente não fica sabendo disso e a minha preocupação não recai “somente” da vegetação, até
93 porque a gente está tentando trabalhar num plano de conservação e recuperação da Mata
94 Atlântica no Município de Porto Alegre. E nesse contexto eu percebo que os empreendimentos
95 estão cada vez maiores e tendo menor quantidade de vegetação, exatamente aquela que estava

96 ali antes, e a fauna é simplesmente o afugentamento, ela sai dali para afugentamento, manejo
97 passivo. Só que não está tendo mais lugar para essa para essa fauna, esse que é o problema.
98 Cada empreendimento que sai tem outro logo em seguida ou é uma rodovia. Ah, passarinho
99 voa! Mas Porto Alegre não tem só ave e fauna. Então, eu gostaria que fosse pautado, não sei
100 se temos que fazer isso por escrito, mas que fosse pautado como um item de reunião dando um
101 mapa desses empreendimentos, onde existe Mata Atlântida. Têm remanescentes que têm
102 projetos, como esse do Jardim Botânico, que eu fui descobrir quando estava tudo arrasado ali,
103 e lá no Lami, principalmente, que me informaram que está tendo um projeto lá e com uma área
104 com muitos bugios, aí a gente fica sem saber o que responder, porque não passou pelo
105 COMAM, pelo menos enquanto eu estou aqui. Pode ser que tenha passado anteriormente. Aí
106 seria interessante fazer um diagnóstico desses empreendimentos em relação à fauna, corredores
107 de fauna para ser mais específico agora, são corredores de fauna em Porto Alegre. É bem
108 complicado isso e a gente não pode ficar esperando o plano de Mata Atlantica enquanto está
109 acontecendo todos esses desmatamentos, mesmo que legalizados, a fauna está indo junto. É
110 bastante preocupante, ainda mais que o Município pode licenciar até 50 hectares, todos os
111 municípios podem fazer isso. Então, é um loteamento atrás do outro, um empreendimento
112 atrás do outro e a fauna vai sendo afugentada, para onde eu não sei. Muito obrigada.

113 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
114 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado pela contribuição, Lisiane. A Doutora Ângela aqui
115 está me ajudando, vamos pautar no Comitê Executivo uma reunião específica, também chamar
116 o Diretor de Licenciamento Ambiental, porque de fato, todo o empreendimento que é sujeito
117 ao licenciamento ambiental a equipe técnica faz a respectiva avaliação, aplica a lei da Mata
118 Atlantica, cumpre lá os percentuais de doação, eventualmente, quando tem a supressão, tem a
119 respectiva compensação, é 30%, entra a área, tem que haver a compra da área. Então, tudo
120 isso é feito, especialmente esse exemplo que tu dizes aqui, que é próximo, inclusive, da
121 Secretaria também. Teve bastante questionamento, porque foi algo muito antigo, dos anos
122 2000 que vem se arrastando, inclusive, com questões judiciais que transitaram em julgado,
123 enfim. Então, a gente seguiu o rito ali das determinações judiciais, mas houve as
124 compensações, a aplicação das regras tradicionais, tanto da Lei nº 757, tanto APP, quanto de
125 Mata Atlântica e se houver a intervenção a respectiva compensação e compra de área
126 equivalente. Nesse sentido que a gente vem trabalhando no plano, é importante dizer, esse de
127 mapeamento da Mata Atlântida em Porto Alegre, para justamente a gente pensar a política

128 pública com mais precisão, a não ser casual e evitar conflitos. A gente contratou, é esse estudo
129 que está sendo elaborado, enfim, que mapeamento, que a gente consegue ter, enxergar e
130 compartilhar com todos onde são essas áreas e pensar as políticas públicas de aproveitamento,
131 enfim, de conexão, para ter uma inteligência e não ser no caso a caso. **Ângela Molin,**
132 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
133 Boa tarde a todos. Eu queria apenas explicar essa questão das câmaras técnicas, que o
134 Professor Brack nos trouxe aqui. De fato, nós tivemos bastante dificuldade com a saída da
135 Eliete para nos organizarmos com essas questões das câmaras. O Município está em concurso,
136 enfim, de encerramento para assistente administrativo. Então, estamos aguardando e
137 acreditamos que janeiro ou fevereiro talvez, já tenhamos um servidor para ficar designado para
138 as câmaras técnicas, aí teremos, sem dúvida, maior celeridade. Em todo caso, eu solicitei aos
139 presidentes das câmaras técnicas, se haveria condições de nós não fazermos reunião em
140 dezembro e janeiro, porque nessa época nós estamos com menos servidores dentro da nossa
141 equipe, que é quem está com essa demanda agora, por causa das férias. Como nós temos agora
142 férias no Judiciário, então, nós da assessoria jurídica tiramos férias nesse período, porque a
143 gente tem um volume menor de trabalho. Então, no início de fevereiro nós retornaremos as
144 reuniões das câmaras técnicas, em fevereiro haverá reunião das câmaras técnicas, daí nós
145 vamos informar os links, as datas nós vamos manter as mesmas do calendário que a gente
146 vinha neste ano de 2022, a primeira quarta-feira, segunda quarta-feira, enfim, aquele mesmo
147 esquema, mas eu encaminharei uma agenda com as datas para todo o ano das câmaras
148 técnicas, para todos terem e também a gente vai marcando as reuniões de fevereiro. Então,
149 final de janeiro o retorno de férias e aí a gente já marca as reuniões para o mês de fevereiro, aí
150 retoma as demandas. Em fevereiro também eu quero apresentar, nós teremos eu acho que o
151 documento pronto, redigido da conferência, a ata da conferência deve ir nos próximos dias
152 para o site do Conselho. Eu fiz uma revisão de digitação, que nós vamos passar para a
153 taquígrafa fazer as pequenas correções de digitação, aí ela vai para o site, aí já podem ver as
154 propostas a partir da ata, mas nós teremos um documento. E depois, as propostas também
155 serão enviadas para as câmaras técnicas de acordo com as matérias, para que as câmaras
156 técnicas também possam trabalhar nessas temáticas. Então, isso tudo a gente vai tratar na
157 reunião de fevereiro, de Janeiro estarei em férias, mas de qualquer forma em janeiro nós
158 teremos uma reunião para trazer a Secretaria de Parcerias, a fim de apresentar aquele tema,
159 Secretário, que foi pautado na reunião passada em relação aos parques e praças, posições de

160 parques e praças, que é lá da Secretaria de Parcerias. Então, eles podem trazer aqui uma fala e
161 a gente abrir a discussão, para depois levar esses temas para a câmara técnica também, a partir
162 de fevereiro. Então, em princípio, nós programamos assim para que a gente possa dar o
163 andamento necessário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
164 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Doutora Ângela. Considerando a
165 nossa pauta, enfim, o avançar da hora e as agendas do Prefeito e do Vice, que têm mudado a
166 todo instante, eu vou ter que me deslocar em seguida para o Paço, encerrando o período de
167 Comunicação já passo para a nossa Ordem do Dia, que seria a deliberação e aprovação das
168 diretrizes:

169 **4. ORDEM DO DIA:**

170 **4.1. DELIBERAÇÃO E APROVAÇÃO DAS DIRETRIZES DO FUNDO DE MEIO** 171 **AMBIENTE PARA 2023;**

172 A gente tinha pautado isso na última reunião, como alguns conselheiros pediram mais tempo,
173 vista, a gente retoma essa deliberação, ressaltando da importância para a gente iniciar o ano
174 com essas diretrizes, que isso nos dá subsídio para seguinte poder continuar com os nossos
175 projetos, enfim, de importância na área ambiental. Então, eu consulto se algum conselheiro dos
176 que solicitou a vista gostaria de fazer uso da palavra para relatar? O José Renato não está. Não
177 sei se o Professor Paulo Brack gostaria de fazer uso da palavra. **Paulo Brack, INGA:** Eu não
178 sei, se vocês quiserem apresentar de novo, colocar os dados e se for possível compartilhar.
179 Seria bem interessante, aí ficam mais claras algumas coisas que a gente gostaria. Uma das
180 coisas, antes da apresentação, nos parece muito importante ter um extrato do que foi gasto em
181 2022. Claro que ali já tem os valores que foram adquiridos, tem duas rubricas, 1211 e 13
182 alguma coisa. E, se não me engano, uma delas tem a ver com a Lei nº 757/2015, que é a
183 compensação, e tem outra que eu acredito que deve ser relativo a multas e outras taxas.

184 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
185 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu peço para o Lucas nos fazer um resumo, trazer um pouco
186 essa explicação ou quer concluir e depois passo para ele? **Paulo Brack, INGA:** Eu acho que
187 esse é um ponto, assim, talvez de esclarecimento, se é possível talvez em janeiro a gente ter um
188 extrato do que foi gasto, quando puder, como costume, para ter isso, saber no que foi gasto.
189 E, infelizmente, aquilo que talvez tenha até voltado para o caixa único, pela ausência de... Às
190 vezes, até projeto, algum tipo de viabilidade de uso do recurso, essa devolução, saber quanto
191 do recurso que foi utilizado, para que foi... Bom, parte dele já tinha previsão, mas seria bem

192 importante esse extrato do uso e essas informações agora para começo do tema. **Germano**
193 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
194 **SMAMUS:** Perfeito! Vou passar a palavra para o Lucas. Eu acho importante a gente marcar,
195 até porque ainda estamos no último mês, de repente marca em janeiro um balanço. Imagino
196 que não tenha encerrado, mas o Lucas eu acho que pode nos ajudar e retomar um pouco o
197 tema, depois a gente volta a discutir. **Lucas Paim, SMAMUS:** Boa tarde a todos. A prestação
198 de contas a gente costuma fazer quando acaba o ano. Então, ali por janeiro e fevereiro a gente
199 já vai estar falando de todos os projetos que foram executados, onde foram alocados os
200 recursos e a gente já vai ter. Foi aprovada a lei orçamentária esta semana na Câmara. Então, os
201 nossos recursos são divididos nesses dois vínculos, lembrando que o Vínculo 1211 é o recurso
202 geral do fundo, tendo licenciamento ambiental, demais taxas e multas. O 1331 é o recurso da
203 compensação vegetal, ele é um recurso mais restrito, que deve ser usado mais direcionado para
204 projetos de unidades de conservação das nossas áreas verdes. Então, no Vínculo 1211 geral
205 tem mais recurso este ano, que é um total de R\$ 4.443.709,00. E na compensação vegetal o
206 1331 é mais restrito, tem R\$ 2.952.609,00, totalizando R\$ 7.396.318,00. Esses são os
207 recursos que nós vamos ter disponíveis no Fundo do Meio Ambiente para o ano que vem.
208 Lembrando que são recursos do fundo. A SMAMUS tem orçamento próprio do Vínculo 1 do
209 Tesouro, que pode ser alocado em ações ambientais também, e a gente também tem o Fundo
210 de Gestão de Territórios, que é outro fundo, que também podem ser alocados alguns projetos
211 que são relacionados ao meio ambiente. Eu cito alguns, como mapeamento de áreas
212 contaminadas, cercamentos, ele tem um enquadramento próprio, não diretamente relacionado
213 ao meio ambiente, mais da parte urbanística. Então, é isso. Muito obrigado. **Germano**
214 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
215 **SMAMUS:** Obrigado, Lucas. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente,**
216 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** A proposta das diretrizes são aquelas que nós
217 apresentamos e encaminhamos a todos, eu acho que foram recebidas depois da reunião aquelas
218 diretrizes. E o que contempla cada uma daquelas diretrizes são os projetos que estão previstos
219 para o próximo ano. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
220 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, ela é mais ampla. **Ângela Molin,**
221 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
222 Sim, as diretrizes são mais amplas e aí a gente vai alocando o que está previsto.
223 Eventualmente, a gente vai fazendo alguma modificação no decorrer do ano. **Germano**

224 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
225 **SMAMUS:** Embora as diretrizes tentam contemplar, depende muito, a gente sempre faz o
226 esforço e queremos desenvolver, gastar todo o recurso, mas às vezes, enfim, envolve diversas
227 áreas. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
228 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Para o próximo ano nós temos muito alocado de despesa em
229 relação ao Viveiro e ao plantio, que nós já temos contratado. Então, parece que a gente vai
230 gastar todo o dinheiro para o próximo ano. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**
231 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, a gente vem
232 amadurecendo cada vez mais, enfim, na estruturação de projetos, era uma demanda muito
233 antiga que se tinha, porque reclamavam que tinha recurso no fundo e o Viveiro se depreciando.
234 Então, a gente conseguiu com recurso, com contrapartida fazer a obra, que era mais
235 significativa de recuperação, mas depois tem a manutenção, o plantio. **Ângela Molin,**
236 **Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** E
237 só em relação ao Viveiro, ainda queria dizer que nós já estamos para assinar, agora no início de
238 janeiro, um termo de cooperação com a Secretaria Estadual do Estado justamente para o
239 fomento, troca mútua, apoio mútuo em relação ao Banco de Sementes e a produção de mudas
240 no Viveiro. Então, também estamos avançando neste sentido. Eu até analisei o processo esta
241 semana. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
242 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu consulto se temos mais conselheiros que gostariam de
243 debater o tema? Temos a inscrição do Professor Paulo Brack e consulto se mais algum
244 conselheiro gostaria de se inscrever para debater? Professor, fique à vontade. Depois a gente
245 encaminha para deliberação. **Paulo Brack, INGA:** Eu tenho algumas coisas anotadas aqui. Em
246 relação aos serviços de manutenções gerais relacionados ao meio ambiente, podas, capina,
247 roçada, se poderá ser utilizado em outra secretaria? É uma pergunta. Então, vamos fazer o
248 seguinte, eu vou colocar todos os meus questionamentos e pedidos de informação para
249 finalizar. Então, esse é um dos pontos. Se esse recurso é só da Secretaria Municipal do Meio
250 Ambiente ou pode ir para a Secretaria de Serviços Urbanos, que é ela que executa podas e
251 supressões. Então, essa é uma pergunta que eu faço. O ideal seria que ficasse com a Secretaria.
252 Outra questão são os valores referentes à contratação de empresa para implantação de
253 arborização e manutenção de pós-plantio. Então, aqui, se eu não me engano, são R\$
254 3.200.000,00, alguma coisa assim. São R\$ 1.525.000,00 mais R\$ 1.725.000,00, ou seja, 40 a
255 45% do valor do fundo vai para a questão da harmonização. Então, nesse caso, especificação

256 em relação a isso, se vai ter regra, se não vai ter regra, porque acontece muitas vezes, planta
257 lá, chega no verão, não tendo um acompanhamento, não tem manutenção, a muda às vezes
258 acaba morrendo. Se está previsto regra para isso. E eu acho que para finalizar, uma das
259 demandas nossas, de mais de 10 anos atrás, que a gente conseguiu obter lá por 2012, 2013,
260 2014, que foi o edital para as entidades, 10% do Fundo Municipal de Meio Ambiente, na
261 época eram R\$ 700.000,00, era previsto o edital de concorrência de projetos das entidades
262 para poder concorrer para atividades. O INGA conseguiu, obteve recursos para três projetos,
263 um deles a gente não conseguiu dar conta e acabamos desistindo, mas os outros dois sim. Foi
264 [Inaudível/interferência no áudio] 2013, 2014 e 2015 foi cinema na escola. Isso é recurso que
265 vai para projetos, muitas às vezes de educação ambiental. Eu acho que isso é uma questão
266 muito importante, que a gente consiga retomar. Eu não sei se existe a possibilidade, se está
267 previsto para 2023 ainda um recurso para o edital, já que em dezembro de 2016, ainda no
268 governo anterior ao Governo Marchezan tinha saído o edital para as entidades. Em janeiro de
269 2017 o Prefeito mandou cancelar e até hoje, 5 anos depois, os editais foram retirados. Então, a
270 gente gostaria de ver a retomada dos editais e se é possível ainda incluir em 2023. **Ângela**
271 **Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
272 **SMAMUS:** Lucas, tu podes verificar essas situações? Deixa apenas dizer o seguinte. Com
273 relação à arborização, de fato nós temos um valor expressivo, mas ele contempla sim, essa
274 contratação contempla o monitoramento e a manutenção das mudas. E a fiscalização
275 praticamente está sendo feita por todos os integrantes da equipe lá de arborização urbana, que
276 é liderada pela Verônica e pela Gabriela Moura, engenheira ambiental. Então, inclusive, estão
277 já acompanhando todo esse trabalho. Tem termo de referência, tem normas técnicas, tudo a ser
278 observado. Então, eu posso lhe garantir e nós podemos fazer o seguinte, numa das reuniões do
279 próximo ano, talvez na reunião de março, que aí Já teremos um tempo, nós podemos trazer
280 aqui a equipe técnica para fazer uma prestação de contas dessa contratação e desse trabalho.
281 Eu vou deixar aqui nas minhas anotações de futuras pautas. E aí elas podem demonstrar onde,
282 os locais onde foram feitos os plantios, como foi feito, enfim, acho que cabe nós
283 acompanharmos. Inclusive, talvez possa começar pela Câmara Técnica de Áreas Naturais uma
284 apresentação e a câmara técnica acompanhar esse trabalho. Acho que seria importante isso.
285 Como a Gabriela faz parte da própria câmara técnica eu acho que a gente viabiliza dessa
286 forma. Mas sim, a gente tem todo um acompanhamento com certeza. E com relação ao outro
287 item, que é o recurso para edital, sim, nós temos essa previsão, o Lucas vai dizer o valor e

288 onde está. **Lucas Paim, SMAMUS:** Para apresentar em projetos de acordo com a legislação
289 atual para esses editais. **Lucas Paim, SMAMUS:** Diretriz 03, 170 mil. **Ângela Molin,**
290 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
291 Isso. Justamente porque nós gostaríamos muito que este ano o COMAM lançasse um edital.
292 Inclusive, na conferência uma das propostas é justamente a gente capacitar as entidades para
293 apresentarem projetos de acordo com a legislação atual para esses editais, que são os
294 chamamentos públicos de parcerias da Lei nº 13.019. Então, está também na nossa perspectiva
295 aqui, enquanto Secretaria e Assessoria Técnica do Gabinete nós fazermos um momento, um
296 evento de um dia talvez para tratarmos da Lei nº 13.019 com as entidades que tiverem
297 interesse em participar de um edital, justamente para a gente balizar as informações, porque
298 agora a gente até pode usar o concurso lá da lei de licitações, a nova, mas a Lei nº 13.019 é a
299 lei mais adequada e o chamamento público é o mais adequado para esse tipo de edital, de
300 termo de parceria, inclusive com repasse de valores, enfim. Então, sim, temos ali numa diretriz
301 esse valor. E com relação a recursos para a SMSurb, nós tivemos uma previsão menor para o
302 ano de 2023 do que para o ano de 2022. Então, o Lucas pode dizer os valores ali, por favor.
303 **Lucas Paim, SMAMUS:** Em 2022 foi cerca de 1,5 milhões, só para esses valores de capina,
304 poda, roçada. E nos outros anos, para ter uma ideia, quando eu vim para cá, em 2020, a gente
305 gastava mais ou menos uns 450 mil por mês do Fundo do Meio Ambiente só nesses valores.
306 Então, a gente diminuiu abruptamente os recursos alocados para essas despesas correntes, que
307 a gente chama, e estão realocando nessas mais direcionadas ao meio ambiente mesmo, como
308 os estudos e mapeamentos, o próprio Viveiro. Só complementando, tem outros projetos
309 relacionados à arborização, que está na Diretriz 4, que é OP software de arborização urbana.
310 Ele deve estar com o edital saindo aí para licitação. Então, a Verônica sabe explicar melhor
311 qual é a ideia para esse software, mas a ideia é realmente mapear a nossa arborização e trazer
312 tecnologia, porque a gente com poucos servidores está tentando usar a tecnologia para
313 minimizar o problema. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente,**
314 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito! Então, vamos deixar aqui que para
315 uma reunião próxima a equipe de arborização possa apresentar melhor como será esse
316 trabalho, como será esse trabalho da arborização e, inclusive, do software, que ainda não foi
317 licitado, mas está em vias de ser licitado. A Conselheira Lisiane, gostaria de fazer algum
318 comentário? **Lisiane Becker, CRBIO-3-RS/SC:** Eu gostaria de esclarecer essa questão que
319 tu colocaste sobre a apresentação. Não ficou claro para mim se essa apresentação vai ser para

320 a câmara técnica ou vai ser para a plenária? **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio**
321 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tu te referes à apresentação da
322 arborização? **Lisiane Becker, CRBIO-3-RS/SC:** Isso! **Ângela Molin, Secretaria Municipal**
323 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Como os conselheiros
324 acharem melhor, se acharem melhor. Se acharem melhor que a gente traga a equipe aqui em
325 uma plenária do Conselho, fica acertado, depois a câmara técnica se quiser pode fazer um
326 acompanhamento desse trabalho. **Lisiane Becker, CRBIO-3-RS/SC:** Eu penso assim, eu
327 estou acostumada com o CONSEMA, com o CONAMA e eu não consigo enxergar, é nova
328 para mim essa dinâmica do COMAM, com a câmara técnica acompanhando e a plenária assim,
329 que para mim é mais um grupo específico. E a plenária fica sempre à margem, fica sabendo
330 depois que acontece. O que eu estou acostumada nos outros colegiados é que a plenária tenha
331 o domínio do todo e demanda para a câmara técnica alguma particularidade, algum estudo ou
332 alguma diretriz, uma resolução, algo assim. Então, fico meio confusa, tenho que admitir, com
333 essa dinâmica do COMAM, porque nós que não podemos acompanhar todas as reuniões, é
334 interessante que a gente fique sabendo do todo para poder realmente questionar a própria
335 câmara técnica para ter as respostas. Então, eu solicitaria que fossem realmente esses temas
336 macro na plenária. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
337 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito! Nós podemos deixar como uma pauta, depois a
338 gente decide efetivamente, temos vários pontos aí, com o Comitê Executivo, mas talvez para
339 uma reunião de março a apresentação desse projeto de arborização, do software, como ele vai
340 funcionar, o que já está funcionando, qual o resultado obtido, a gente pode trazer em março na
341 reunião da plenária. E aí a gente vê eventuais encaminhamentos. Eu acho que não temos
342 nenhuma outra consideração em relação a essas questões do fundo. Então, o nosso trabalho
343 agora seria deliberarmos a respeito da aprovação dessas diretrizes para que a gente possa
344 expedir a resolução, enfim, e termos isso organizado para 2023. Então, eu vou iniciar a
345 votação. Primeiro, queria saber se alguém se opõe à aprovação das diretrizes que foram
346 propostas e enviadas para todos, e após essas explicações que o Conselheiro Brack solicitou,
347 se alguém tem alguma oposição, ou se podemos fazer aqui uma votação geral, ou se não
348 tivermos nenhuma oposição. Professor Brack. **Paulo Brack, INGA:** No final das contas, eu
349 não fiquei sabendo ainda, Lucas, em relação à questão do edital, onde que ficou o recurso,
350 qual é o valor. Se você puder me apontar. A palavra “edital” não está incluída ali. E qual é o
351 valor? É mais para esclarecimento mesmo. **Lucas Paim, SMAMUS:** É a Diretriz 03 – Ações

352 de Educação Ambiental e Eventos. O valor de R\$ 170.000,00, é o total. Lembrando que os
353 projetos, é como uma declaração, o que vincula a gente está aprovando agora, quando vê a
354 gente tem outra necessidade, que é o local, 170 mil aí, a gente pode realocar para fortalecer.
355 Os exemplos são exemplificativos. **Paulo Brack, INGA:** Eu acho que isso aí remete à Câmara
356 Técnica do Fundo dar uma trabalhada em cima. **Ângela Molin, Secretária Municipal de**
357 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito! Então, alguma
358 oposição ou podemos considerar aprovadas as diretrizes? Ok? Então, **APROVADAS AS**
359 **DIRETRIZES PARA O FUNDO EM 2023.** A Camila vai computar quantos votos temos,
360 considerando as nossas presenças. Por 18 votos está aprovado. Então, vamos passar para o
361 próximo ponto da nossa da pauta:

362 **4.2. APRESENTAÇÃO PELA DPPS DO PROJETO DE CERTIFICAÇÃO** 363 **SUSTENTÁVEL;**

364 Vamos ter a apresentação pela Diretora de Projetos e Sustentabilidade a respeito da
365 certificação do IPTU Sustentável. Na verdade, é uma premiação em sustentabilidade
366 ambiental. Então, com a palavra a nossa Diretora Rovana. **Rovana, Diretora de Projetos e**
367 **Sustentabilidade:** Olá, pessoal. Boa tarde a todos. Então, eu vou apresentar a nossa proposta
368 de certificação sustentável e o IPTU está dentro desse tema, que faz parte da apresentação. Eu
369 vou compartilhar a tela e ao longo da apresentação eu vou explicando todos os passos para
370 vocês. E esse é o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental, o
371 objetivo é a gente reconhecer e comprovar a parte ambiental nos empreendimentos públicos ou
372 privados que adotarem essas medidas que contribuíram para a redução do consumo de água,
373 de energia, a questão da emissão de gases de efeito estufa, redução e reciclagem de resíduos
374 sólidos, também humanização das fachadas. O programa também busca estimular a política da
375 construção sustentável na cidade. A construção sustentável é responsável por mais de 30% das
376 nossas emissões. Então, é importante a gente também focar nesse setor. Como marcos legais
377 nós temos o que nos guia, na verdade, que é a lei, a 872, que institui a política de
378 sustentabilidade, enfrentamento das mudanças climáticas e ela já cria o programa de premiação
379 e certificação em sustentabilidade ambiental de Porto Alegre. Então, o que a gente está
380 propondo agora? É a regulamentação do que está disposto na lei. A lei cria esse programa e
381 coloca quais diretrizes, o que o programa tem que contemplar para a redução das emissões, da
382 questão dos recursos ambientais. E no decreto, então, a gente esmiúça o que a lei já dispõe.
383 Colocamos ali como vai ser contemplado isso, como vai ser entregue, como o empreendimento

384 vai ter que comprovar, qual a pontuação de cada um. Então, realmente, no decreto a gente
385 consegue entrar no detalhe do que está previsto na lei. Nós temos também no Estado a lei que
386 institui a política sobre mudanças climáticas e a questão da lei federal também com a política
387 nacional sobre a mudança do clima, que também serviram de balizadores. Pegamos algumas
388 referências de outra cidade, Salvador, Recife, Belo Horizonte, estudamos, conversamos com
389 pessoas da prefeitura de lá. Um dos pontos importantes a salientar que a gente se preocupou
390 muito, por exemplo, é que Belo Horizonte fez um selo, foi muito difícil de conseguir ter a
391 adesão, porque tem que contratar uma consultoria especializada para conseguir o selo. Como
392 o nosso objetivo é estimular a construção sustentável na cidade, a gente tinha que fazer de uma
393 forma que através de um responsável técnico já fosse possível enviar, haver o atendimento
394 desses itens. Então, assim, a certificação vai ser concedida ao empreendimento que adotar
395 ações e práticas de sustentabilidade. Com a certificação o empreendimento vai ter direito a
396 incentivos de acordo com legislações específicas. Um exemplo é o IPTU Sustentável, que eu
397 vou explicar ele mais adiante nesta apresentação. Então, seria o benefício fiscal. Como a gente
398 está trabalhando na linha do incentivo, a gente teve que buscar várias formas de estimular essas
399 construções para que elas adotem. A gente sabe que tem um custo, dependendo o tipo de
400 premissa que for adotar no empreendimento. Então, a gente precisa estimular de alguma
401 forma, tanto as edificações novas quanto as existentes. A maioria dos selos, por exemplo,
402 acabam contemplando mais edificações novas. Então, às vezes a gente tem certa dificuldade
403 em aderir e o objetivo aqui é que haja um retrofite na cidade como um todo, que a gente pegue
404 principalmente as edificações existentes. Então, o IPTU sustentável vai ser muito eficiente para
405 as existentes e um incentivo urbanístico vai servir para as edificações novas. Como incentivo
406 urbanístico, o que a gente está pensando? É dar um pequeno acréscimo de altura. O que
407 acontece? Hoje a altura é viabilizada através de EVU, mas é uma análise caso a caso, apenas se
408 olhando apenas o entorno da edificação para conceder essa altura. O que a gente está
409 propondo aqui é um critério bem objetivo, bem focado na sustentabilidade, ou seja, o
410 empreendimento que conseguir ter o melhor selo vai conseguir um benefício melhor, um
411 pouquinho mais de altura para que a gente de fato estimule que eles consigam essa melhor
412 certificação. Uma das premissas do urbanismo sustentável é o adensamento, com altura a gente
413 não está adensando mais. Na verdade, o índice continua o mesmo. O que a gente propõe? É
414 que se consiga adensar um pouquinho mais dentro do índice previsto com essa questão da
415 altura, porque hoje muitas edificações não conseguem nem subir um andar a mais por questões

416 de regramentos do Plano Diretor, porém, elas têm índice sobrando. Então, na verdade, o que a
417 gente prevê é que haja uma melhor utilização da infraestrutura prevista e existente na cidade,
418 que já foi dada lá pela lei, pelo índice, não tem nada a ver com esse incentivo. Então, que as
419 pessoas consigam ficar mais próximas uma das outras, isso é urbanismo sustentável, é isso que
420 eles falam do adensamento. É poder utilizar os recursos naturais com parcimônia, é utilizar
421 menos carro, diminuir os deslocamentos. Então, através disso a gente consegue viabilizar essa
422 sustentabilidade. Outro exemplo que eu dou aqui é o Crédito Verde, a gente não vai trabalhar
423 nisso neste momento pelo menos, outras cidades trabalharam. Então, é só um exemplo e a
424 priorização na tramitação, as certificações que estiverem pleiteando os selões, elas vão ter uma
425 prioridade na tramitação. Então, os certificados vão ter concedidos de acordo com os
426 seguintes requisitos, são sete dimensões que a gente está prevendo para serem cumpridos.
427 Então, quem vai receber a certificação diamante tem que ter a pontuação mínima em cinco
428 dimensões, a ouro em quatro dimensões, a prata em três e a bronze em no mínimo duas
429 dimensões. Então, essas são as dimensões que o empreendimento tem que adotar para
430 conseguir a certificação do selo. Então, são as principais que englobam a maior parte das
431 premissas de sustentabilidade possíveis e a gente tentou englobar todas, porque todas são
432 importantes. A gente sabe que a placa solar tem um apelo maior, só que todo o resto é muito
433 importante para a questão de microclima ambiental e mesmo a questão de espaços urbanos.
434 Então, são a conservação da biodiversidade local, adequação das condições climáticas, água,
435 energia e emissão de gases de efeito estufa, resíduos, materiais acessibilidade, mobilidade,
436 humanização das estações nos espaços urbanos. Então, a gente está propondo vários requisitos
437 dentro de cada dimensão. Por exemplo, a conservação da biodiversidade local, o objetivo é
438 implantar e preservar espécies nativas da região para a gente promover a biodiversidade. E aí a
439 gente está propondo uma tabela que tem certa pontuação para cada item. Por exemplo,
440 implantar espécies nativas, ganha pontos; se tu implantares espécies ameaçadas de extinção
441 ganha pontos; adotar em áreas envidraçadas dispositivos que evitem o choque das aves contra
442 os vírus, também ganha uma pontuação. E aí tem a pontuação mínima em cada dimensão. Por
443 exemplo, adequação às condições climáticas, que é a segunda dimensão. O objetivo é proteger
444 a população desses impactos na mudança do clima, da variabilidade natural e aí entra a questão
445 de materiais que possuam índice de refletância, a questão da permeabilidade do solo, paredes
446 verdes, a questão da ventilação e iluminação natural dentro da edificação. Na água o objetivo é
447 diminuir a demanda por água, através de reaproveitamento. E aí a gente entra com estratégias

448 para reduzir para consumo de água, para a utilização das águas cinzas, águas negras,
449 aproveitamento de águas pluviais, o uso eficiente de água no paisagismo, aquecimento solar,
450 tem uma série de itens nessa dimensão. Na quarta dimensão é energia e emissão de gases de
451 efeito estufa. Então, fomentar a eficiência energética, a utilização das fontes renováveis de
452 energia para reduzir de fato as emissões de gases de efeito estufa e aqui entra a respeito do
453 sistema de iluminação, dispositivos de controle e um muito importante, que é a geração local
454 de energia renovável, aí é eólica, solar, tem uma série ali que é possível. A quinta dimensão são
455 os resíduos, então, é preparar o condomínio para a destinação diferenciada desses resíduos
456 gerados e aí vem a questão de coleta seletiva, conscientização dos condôminos, trituradores
457 com compactadores de resíduos, plano e gerenciamento de resíduos sólidos. Na sexta
458 dimensão é a questão dos materiais, que a utilização de materiais seja comprovadamente
459 ecológicos. E aí entra a questão de utilização de madeira certificada, materiais que são
460 rapidamente renováveis, materiais regionais e recicláveis. E no último item, que é
461 acessibilidade, mobilidade, humanização das edificações e dos espaços urbanos, o objetivo é
462 garantir a acessibilidade ou adaptação das edificações, estimular os modos sustentáveis, ativos
463 de mobilidade e promover a arborização de acordo com a escala humana, para promover a
464 vitalidade dos espaços urbanos, isso através do tratamento das áreas frontais das edificações.
465 Então, nesse item, por exemplo, a gente tem a melhor utilização do transporte coletivo,
466 bicicletários, vagas para veículos elétricos, a questão dos recuos. Então, não ter grades nos
467 recuos frontais para estimular essa segurança, essa vivacidade. Artifícios ali nas fachadas,
468 frontal, lateral, de permeabilidade visual, áreas externas, colocar bancos, melhorar o
469 paisagismo das edificações. Então, o objetivo é que seja para edificações novas e existentes, e
470 a gente está prevendo o prazo de três anos de validade dessa certificação. A gente está agora
471 montando um fluxo, porque a Codex vai nos doar uma plataforma que seja mais fácil para o
472 requerente pleitear essa certificação. Então, vai ser um site específico, lá vai ter todas as
473 dimensões, ele vai marcar o que está contemplando no projeto e ali ele vai anexar a
474 comprovação. Então, este aqui é um esboço do que está sendo construído para justamente ser
475 algo mais visível e fácil de interagir. E, então, é um resumo, que essa adesão vai contribuir de
476 fato para a melhoria das condições ambientais da cidade, principalmente na questão do bem-
477 estar da sociedade, sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente
478 como um todo. E aí eu vou agora explicar um pouquinho a questão do IPTU Sustentável, que
479 é o benefício que está mais adiantado, porque para fazer o IPTU Sustentável a gente tem que

480 alterar o código tributário. Isso já foi para a Câmara para fazer essa alteração. Então, ele está
481 lá no momento. E depois que sair essa alteração da lei tem que fazer um decreto
482 regulamentando isso e mostrando como é que vai se dar o fluxo, como que se envia para a
483 Fazenda, enfim, fluxos internos e a questão do percentual também de cada certificação. Então,
484 o objetivo é através de um benefício fiscal promover essa estrutura verde, a proteção do meio
485 ambiente. Alguns outros exemplos de cidades também, que já fizeram isso e aqui a proposta
486 que foi para a Câmara, que foi a inclusão e posterior regulamentação de um artigo na Lei nº
487 07, que é o código tributário. E o objetivo é através do benefício fiscal tornar mais eficiente o
488 desempenho urbanístico, o meio ambiente e a questão de qualidade de vida. Então, o objetivo
489 aqui é promover até 10% de desconto no IPTU e isso vai valer por três anos, depois tem que
490 renovar, porque o objetivo é que as edificações não descaracterizem, elas têm que comprovar
491 que elas estão mantendo aquele selo que pleitearam. Então, aqui é uma ideia de como a gente
492 está pensando em dar 10% para quem tiver diamante, 7% ouro, 5% prata e 3% de desconto
493 para a certificação bronze. Então, bom, essa é uma questão de exercício financeiro, mas isso
494 também tem que ser regulamentado depois, em contato com a Fazenda. E como um benefício
495 no momento a gente tem uma redução da arrecadação através desse desconto, mas o objetivo
496 é ter uma redução indireta também dos custos do Município relacionados a saneamento básico,
497 vegetação, enchentes, coleta, destinação de lixo e até a questão de fatores relacionados à
498 saúde. Então, é isso, pessoal. Muito obrigada! **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio**
499 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem. Agradecemos à breve
500 apresentação e como esse material foi enviado somente hoje, um pouco em cima para os
501 conselheiros, eu não sei se alguém tem perguntas, se querem gente fazer questionamentos,
502 curiosidades, enfim, contribuições. A Alessandra. **Alessandra Lehem, OAB/RS:** Olá! Boa
503 tarde! Colegas conselheiros, eu queria agradecer pela apresentação. O ponto relacionado ao
504 IPTU Verde, o IPTU Ecológico, é um ponto muito importante para a OAB. Vocês devem
505 recordar que lá na metade do ano nós oficiamos tanto a SMAMUS quanto a Secretaria da
506 Fazenda, o Secretário Fantinel nos recebeu justamente porque nós achamos importante que
507 Porto Alegre, que é uma cidade pioneira em tantos aspectos relacionados à sustentabilidade
508 também tivesse uma iniciativa de IPTU Sustentável ou IPTU Verde, na linha daquela adotada
509 por outros tantos municípios. Então, isso é muito bem vindo. Eu queria parabenizar pelo
510 trabalho. Eu tinha uma dúvida que já foi esclarecida na apresentação, que é justamente quanto
511 aos requisitos na obtenção do selo ou da certificação. Já foi respondido que a ideia é que com

512 o RT isso consiga ser encaminhado, o que eu também acho que é muito adequado, porque a
513 ideia é justamente incentivar que mais empreendimentos adiram ao programa de certificação. E
514 eu queria referir um assunto também relacionado à gestão da OAB, que é de certa forma
515 relacionada à questão do IPTU Ecológico e do IPTU Verde, é que naquele nosso ofício lá do
516 meio do ano nós pedimos também um encaminhamento, e esse veio por parte da Secretaria da
517 Fazenda, porque o óbice também vinha da Fazenda, no sentido de que aquele IPTU Ecológico
518 que nós já temos na lei complementar, que houvesse uma alteração na lei orgânica para
519 permitir que quando nós tivermos imóveis de interesse ambiental que se enquadre na
520 possibilidade de isenção de IPTU por conta da previsão de IPTU Ecológico, que a concessão
521 do benefício não seja obstaculizada quando eventuais débitos anteriores se referirem a débitos
522 de IPTU do próprio imóvel, que é uma situação que vem acontecendo hoje. Então, acaba se
523 perdendo o benefício ambiental, a arrecadação não existe de qualquer maneira e as áreas
524 acabam em geral sendo invadidas, principalmente aquelas áreas mais planas. Então, era só esta
525 breve contribuição que eu queria dar e eu queria de novo parabenizar a Secretaria pela
526 iniciativa. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
527 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Ótimo. Obrigada, Doutora Alessandra. Na verdade, é
528 importante dizer que essa certificação agora não invalida o IPTU Ecológico já existe, são
529 situações distintas e realmente, como advogada também pactuo com esse entendimento da
530 OAB, mas aí a gente tem que descer essas barreiras com a Secretaria da Fazenda. Não é
531 realmente uma questão nossa aqui. Professor Nelson. **Nelson Ferreira Fontoura, PUC/RS:**
532 Olá! Boa tarde a todos. Eu queria dar os parabéns pela iniciativa, muito interessante. Eu estava
533 olhando o material, a lei cria uma barreira fiscal no limite de R\$ 1 milhão para esse projeto. Eu
534 estava pesquisando aqui rapidamente, depois que eu vi isso, qual era a arrecadação de IPTU de
535 Porto Alegre, eu não consegui o valor total, mas eu vi que no Centro Histórico são 44 milhões,
536 Petrópolis aqui é um valor bem elevado, já passa de 54, se eu não me engano, e Moinhos de
537 Vento 30 e poucos milhões. Então, se a gente for fazer um somatório total, esse limite de 1
538 milhão, na verdade, é pouco recurso. Claro que a gente tem que pensar que existe uma
539 necessidade de responsabilidade fiscal, a gente não pode ficar distribuindo benesses aí à toa,
540 mas como é um objetivo muito importante, digamos assim, a melhoria da qualidade de vida na
541 cidade, a gente deveria trabalhar talvez no sentido de que na medida em que a gente for
542 encostando nesse milhão, porque isso vai demorar. Não é pouco dinheiro, ainda mais que a
543 gente está falando dessa de 20% de desconto em cada propriedade, a gente trabalhar talvez em

544 fazer cultura junto à Câmara de Vereadores para aumentar esse limite. Eu acho que talvez
545 exista espaço fiscal para isso. **Rovana, Diretora de Projetos e Sustentabilidade:** Perfeito,
546 Nelson! Bem colocado. Na verdade, a nossa intenção nunca foi ter o teto, era sempre deixar
547 livre, mas em conversas com a Fazenda, por uma questão exatamente de renúncia fiscal e os
548 cálculos que eles fizeram, inclusive, eu também fiquei tão incomodada com isso que eu pedi
549 para eles abrirem um cálculo para mim. E eu falei com outra cidade para me mostrarem o
550 cálculo e eu tentar abater, porque também acho que não teria que ter o limite. Mas foi o que a
551 gente conseguiu neste momento, mas nada impede de depois também isso ser alterado, porque
552 é o que a gente vai querer de fato, não ter o teto e que haja uma adesão grande da sociedade.
553 **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
554 **SMAMUS:** Professor Brack. **Paulo Brack, INGA:** Bom, depois eu quero dar uma
555 comparada com o IPTU Ecológico para ver as diferenças, o que tem e o que não tem. Um dos
556 temas que eu acho que é muito importante, ali foi bem destacada a biodiversidade, as espécies
557 ameaçadas, enfim, mas não tanto na implantação, mas aí eu vejo a importância de manutenção
558 das áreas já com vegetação natural e tem proprietários que se queixam. Vocês devem receber
559 volta e meia aí queixas de proprietários que estão pagando IPTU por áreas que estão
560 mantendo vegetação e estão tendo que pagar. Então, é onerar quem já protege áreas, isso é
561 uma questão importante. Aí eu gostaria de saber como é que se encaixaria, porque é um dos
562 pontos fundamentais hoje, já que é melhor preservar aquilo que já existe do que implementar
563 um plantio que vai demorar muito tempo. Eu vejo também que tem vários outros aspectos que
564 a gente gostaria de acompanhar mais, a questão das cisternas, a questão da energia também
565 fotovoltaica, energia solar, térmica também para aquecimento de água, que é muito
566 importante. E por último até o tema dos resíduos, que eu acho que nós... Claro, é um tema
567 muito específico, mas eu acho que em algum momento pensarmos em voltar a ter as lixeiras
568 próximas ao próprio empreendimento para fazer o rastreamento. O que acontece hoje? Eu
569 moro aqui em Petrópolis, cada edifício pega o seu lixo e joga tudo numa coisa só, aí você não
570 sabe, se tiver um lixo seco no meio do orgânico ninguém é responsável. Então, voltar alguns
571 empreendimentos a ter esses containers e que a existência de contêineres separados, isso
572 valorize e possa implicar em redução de IPTU também. Pensar no momento em que talvez essa
573 junção de grandes contêineres, inclusive, que nós não temos container seco também, isso é um
574 absurdo. Mas talvez alguns empreendimentos que mantenham isso tenha uma valorização até
575 do ponto de vista de IPTU, para que isso seja valorizado e até o IPTU seja reduzido, enfim.

576 **Rovana, Diretora de Projetos e Sustentabilidade:** Obrigado, Paulo! Essa questão da
577 manutenção está prevista, eu acho que eu não falei, mas ele é um dos itens, que é a
578 manutenção da vegetação existente. Então, esse é um que tem uma pontuação bem boa ali,
579 porque a gente também concorda, tem que manter o que está existente. Então, esse é um dos
580 pontos sim. A questão dos resíduos é um ponto bem importante, a gente teve várias conversas
581 com o DMLU. Na hora até fiquei com dúvida, a gente não tem essa coleta tão seletiva, mas
582 eles nos colocaram que era importante colocar esse como um ponto na certificação para
583 justamente estimular as pessoas a já separarem. E nada impede também depois de se criar outra
584 forma, tem pessoas que compram um livro específico ali. Então, pode-se criar até alguma coisa
585 nesse sentido, não sei se tem algum comércio, alguma coisa, mas que já estimule as pessoas a
586 separarem, a terem essa consciência. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio**
587 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** E agora voltando um pouquinho ao
588 que a gente conversou na conferência, que apareceu em relação a essa questão dos resíduos, a
589 gente também tem que avançar na discussão em relação à compostagem, que também é um
590 item que está aqui para certificação e que é algo superimportante da gente trabalhar nesse
591 sentido. Voltou também a questão da educação ambiental, a educação para a sustentabilidade,
592 nesse sentido, que eu acho muito importante nós fomentarmos até projetos. Aí aquilo que o
593 Professor Brack falou dos editais, para que a gente possa realmente trabalhar essa questão da
594 separação dos resíduos e isso em grandes condomínios também funciona muito bem se estiver
595 seriamente levado, né, se as pessoas levarem a sério. Então, me parece que a gente está
596 avançando aos pouquinhos, mas a gente está avançando com esse tipo de iniciativa. Deixo
597 ainda a palavra aberta, se mais alguém quiser fazer algum comentário, mais alguma questão.
598 **Conselheiro João Carlos. João Carlos Carvalho Machado, Sindicato Rural de Porto**
599 **Alegre:** Boa tarde a todos. Com respeito à fala da Doutora Alessandra e do Professor Paulo,
600 isso é uma briga antiga nossa, da zona rural de Porto Alegre, porque parece que a coisa que a
601 coisa está invertida, se beneficia quem está em cima do concreto e não tem benefício quem está
602 lá na outra ponta cuidando de todo esse ambiente que todos querem. Então, assim, não
603 tenhamos que só pensar em passivo ambiental, temos que pensar também em ativo ambiental,
604 assim como custa caro pagar uma multa pela poda ou derrubada de uma árvore, quem está na
605 outra ponta cuidando de várias árvores, porque acredito que a maioria dos senhores que estão
606 aqui presentes, pouquíssimos moram na zona sul de Porto Alegre, na zona rural, pouquíssimos
607 moram numa área verde. A maioria mora em apartamento e todo mundo que mora em

608 apartamento quer ver a borboleta, quer ver o passarinho, quer ver o beija-flor, quer ver abelha,
609 mas se nós não tivermos as árvores, um ambiente propício para isso não adianta levantar a
610 altura do prédio, não adianta fazer a ciclovia. Pergunto: quem é que vai vir na ciclovia, vai vir
611 de bicicleta lá da zona sul, lá da Ponta Grossa até o centro da cidade? Ninguém! Vai chegar
612 morto no final da tarde. Então, assim, se pensa sempre no que já está pronto na cidade, no
613 outro lado da cidade, que é a zona rural que nós temos, nós temos esse benefício da zona rural
614 em Porto Alegre, graças a Deus que temos. Então, Porto Alegre é a cidade mais verde do país.
615 Então, acho que a gente tem que pensar também no outro lado da cidade, um ativo ambiental
616 como se fosse um IPTU Verde? Não, as pessoas da área rural não pagam IPTU, elas pagam
617 ITR e estão à margem disso aí, estão à margem do que estão propondo. E a preocupação
618 nossa é manter a área verde. Era isso, obrigado. **Ângela Molin, Secretária Municipal de**
619 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** A gente entende a sua
620 irresignação. A função do IPTU Ecológico, que a gente hoje já tem e esses processos passam
621 inclusive pelo meu setor ali, que eu analiso o termo de compromisso, se está tudo ok, ele é
622 justamente para incentivar aquelas áreas urbanas do qual se gera IPTU e que tenha a
623 preservação pelo proprietário, a conservação e preservação da área. Então, a gente entende
624 que na área rural, como não temos o IPTU, o tributo é o ITR, foge um pouco da gerência do
625 Município nesse sentido. Teríamos que pensar em outras formas de incentivo talvez. Então, é
626 outra situação nova que a gente ainda não enfrentou, que é justamente as áreas rurais, que tipo
627 de incentivo se poderia dar para as áreas rurais, considerando que não temos o IPTU, temos o
628 ITR, que é um tributo federal. Então, foge, inclusive, da competência do Município. Fica
629 talvez para nós pensarmos aqui e trazemos sugestões para a diretoria poder pensar e talvez
630 trabalhar em algum mecanismo nesse sentido. **João Carlos Carvalho Machado, Sindicato**
631 **Rural de Porto Alegre:** E na comparação com outras cidades que te orla, nós também temos
632 a orla do Guaíba, mas como foi falado aí, tem que não facilitar, mas desenvolver projetos para
633 reciclagem, meio ambiente, mas eu sempre me deparei com uma coisa em Porto Alegre, em
634 Porto Alegre o rio é navegável, mas é proibido fazer barco. E aí como é que ficamos? Então, é
635 impossível. Eu vou dar uma informação para os senhores, na zona sul eu acredito que mais da
636 metade dos empreendimentos que tem na zona sul, o comércio, não tem alvará, não
637 conseguem. Então, é isso que eu afirmo, o rio é navegável, mas é proibido fazer barco. Então,
638 ninguém quer facilidade. É de rir para não chorar! Você deu o exemplo do que tem que fazer
639 na cidade, todos nós sabemos o que tem que fazer na cidade, a gente só não pode é criar

640 dificuldade. Nós pagamos ITR, mas o nosso passivo é o IPTU, o nosso passivo é o Município,
641 não é a União, é o Município que nos cobra, não é a União que nos cobra. Então, tem que
642 pensar nisso também. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo**
643 **e Sustentabilidade – SMAMUS:** Apenas estamos olhando aqui no site da Secretaria da
644 Fazenda, tem aqui uma informação sobre o IPTU Rural, ou seja, imóveis que contribuem com
645 o IPTU, mas estão localizados na zona rural e esses podem solicitar isenção. Então, tem ali,
646 mediante requisitos é possível também buscar a isenção. Então, está no site da Secretaria de
647 Secretaria da Fazenda. Então, estamos encerrando a nossa a nossa reunião do Conselho
648 Municipal de Meio Ambiente. Agradeço muito o trabalho de todos os conselheiros, a presença
649 de todos os conselheiros durante este ano, praticamente tivemos todas as reuniões, não
650 deixamos de ter nenhuma por falta de *quorum*. Isso mostra que tem sido bastante profícuo o
651 nosso trabalho, estamos muito satisfeitos com isso. Ah, sim, a ata. Bem lembrado, Professor
652 Brack. Eu já ia esquecendo da ata:

653 **3. VOTAÇÃO:**

654 **3.1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE** 655 **2022;**

656 É a ata em relação à última reunião de novembro. O Professor Paulo Brack solicitou uma
657 alteração na sua fala, uma correção, que já foi feita a correção e lhe enviada por e-mail.
658 Alguém tem alguma objeção em relação à ata? E a presença da Doutora Karen pela OAB,
659 também já foi passada para a taquígrafa. Então, se não temos objeção podemos votar, deixar
660 aprovada a nossa ata. E apenas explicar que nós estamos fazendo, por uma determinação da
661 comunicação geral do Município, nós estamos migrando os sites para o novo site da Prefeitura.
662 Então, acredito que lá pelo mês de janeiro, fevereiro nós já teremos o novo site no ar e já
663 estamos organizando para ter todas as atas do Conselho, os integrantes do Conselho,
664 documentação do Conselho, tudo no site para garantirmos a necessária transparência. Desejo a
665 todos ótimos festejos de final de ano e que para 2023 tenhamos um ano de muito trabalho e
666 continuarmos juntos nesse objetivo. Muito obrigada a todos. Até mais, pessoal.

667 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, às
668 15h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, **Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº**
669 **225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**